

PARÁBOLA E SENTIDO: UMA ANÁLISE SEMIÓTICA DE MATEUS 13.44

PARABLE AND MEANING: A SEMIOTIC ANALYSIS OF MATHEW 13.44

Humberto Marcos BALANIUC

Universidade Federal de Mato Grosso do Sul

Resumo. Este artigo tem por propósito apresentar uma análise semiótica discursiva de uma parábola bíblica que se encontra em Mateus 13.44, conhecida como a parábola do Tesouro Escondido, com o objetivo de extrair do texto o seu significado, utilizando o instrumental da semiótica desenvolvida por Greimas e colaboradores. A análise considera a proposição do percurso gerativo de sentido, conforme preconiza a teoria semiótica discursiva, procurando desvelar as camadas de significação existentes no texto; ademais, a partir de um cotejo com o texto original em grego koinê, busca-se compreender de modo mais adequado o sentido das palavras traduzidas. Por fim, o artigo procura evidenciar a contribuição da semiótica discursiva ao processo de tradução de textos bíblicos, na medida em que, ao procurar extrair do texto a sua significação, essa teoria pode auxiliar o tradutor na escolha de palavras e frases que correspondam a um sentido mais próximo do pretendido no texto original.

Palavras-chave: semiótica, parábola, bíblia.

Abstract. This article aims to present a discursive semiotic analysis of a biblical parable found in Matthew 13:44, known as the parable of the Hidden Treasure, with the objective of extracting its meaning from the text using the semiotics tools developed by Greimas and collaborators. The analysis considers the proposition of the generative path of meaning, as recommended by the discursive semiotic theory, seeking to reveal the layers of meaning existing in the text; in addition, based on a comparison with the original text in Koine Greek, the aim is to better understand the meaning of the translated words. Finally, the article seeks to highlight the contribution of discursive semiotics to the process of translating biblical texts, insofar as, when seeking to extract its meaning from the text, this theory can help the translator to choose words and phrases that correspond to a meaning closer to that intended in the original text.

Keywords: semiotics, parable, bible.

1. Semiótica e texto bíblico

O uso de textos bíblicos como objeto de análise da semiótica discursiva não é estranho a essa teoria; pelo contrário, tem sido uma prática desde o seu surgimento com A. J. Greimas, nos anos da metade final do século XX. Pobbe Ramos, ao abordar a questão em sua tese de doutorado, apresenta o seguinte comentário de Greimas:

A semiótica oferece ao estudioso da Bíblia uma metalinguagem neutra, ou seja, uma maneira de falar do texto todo sem se apagar diante dele: sob a aparência de um jargão talvez rebuscado, mas fácil de ser assimilado e, sobretudo, inevitável, permite a este discurso pelo discurso distinguir-se de seu objeto textual, permitindo-lhe também manter a unidade de seus termos e a coerência, verificável, de seu propósito. (GREIMAS, apud RAMOS, p. 18)

Adotando o conceito de conhecimento do significado de um corpus por meio da análise do texto pelo texto, a fim de verificar a organização de seus mecanismos internos de organização do sentido, segue, neste artigo, uma análise semiótica da parábola do tesouro escondido, uma das menores parábolas contidas no Novo Testamento, registrada no Evangelho de Mateus, capítulo 13, versículo 34. O texto para análise foi extraído da Almeida Edição Contemporânea (AEC), conforme a seguir: “O Reino dos Céus é semelhante a um tesouro escondido num campo. Achando-o um homem, escondeu-o de novo; então, em sua alegria foi, vendeu tudo o que tinha e comprou aquele campo” (BÍBLIA SAGRADA, 2020, p. 613).

Considerando a proposição semiótica de um percurso gerativo de sentido, inicia-se a análise a partir dos elementos mais próximos à superfície textual, as estruturas discursivas, avançando aos poucos rumo à tentativa de compreensão de suas estruturas narrativas e fundamentais.

2. Da teoria semiótica às estruturas discursivas do texto bíblico

A semiótica discursiva compreende o processo de geração do sentido nos textos por meio de um percurso gerativo, que vai do mais simples e abstrato ao mais complexo e concreto. O percurso possui três níveis: o fundamental, o narrativo e o discursivo, sendo que todos eles registram um componente sintático e outro semântico. Diana Luz Pessoa de Barros aborda o conteúdo de cada nível da seguinte forma:

No nível das estruturas fundamentais, uma sintaxe explica as primeiras articulações da substância semântica e das operações sobre ela efetuadas e uma semântica surge como um inventário das categorias sêmicas com representação sintagmática assegurada pela sintaxe; na instância das estruturas narrativas, uma sintaxe regulamenta o fazer – simulacro do homem no mundo e das suas relações com os outros homens – e uma semântica atribui estatuto de valor aos objetos do fazer; na etapa mais superficial das estruturas discursivas, uma sintaxe organiza as relações entre enunciação e discurso e uma semântica estabelece percursos temáticos e reveste figurativamente os conteúdos da semântica narrativa (BARROS, 1988, p.16).

Se o nível fundamental é considerado o mais simples e àquele ao qual o trabalho analítico deva conduzir, inicia-se a análise pelo nível discursivo, pois este é o que se encontra mais próximo da manifestação textual, e é pelo texto que se torna possível alcançar o discurso.

Na sintaxe discursiva, responsável pela instauração de pessoas, tempos e espaços no texto, destaca-se o procedimento de debreagem. Esta é, segundo A.J. Greimas e J. Courtés (1995),

a operação pela qual a instância da enunciação disjunge e projeta fora de si, no ato de linguagem, e com vistas à manifestação, certos termos ligados à sua estrutura de base, para assim constituir os elementos que servem de fundação ao enunciado-discurso. (GREIMAS; COURTÉS, s/d, 95).

Como essa operação trabalha, como disposto na citação, sobre as categorias de pessoa, tempo e espaço, deduz-se que existem três formas de debreagem, correspondentes a essas categorias: a actancial, a temporal e a espacial. De Greimas e Courtés vem também a explicação para cada uma delas:

a debreagem actancial consistirá, então, num primeiro momento, em disjuntir do sujeito da enunciação e em projetar no enunciado um não-eu; a debreagem temporal, em postular um não-agora distinto do tempo da enunciação; a debreagem espacial, em opor ao lugar da enunciação um não-aqui. (ibid.:95)

Existem duas possibilidades distintas de debreagem: a enunciativa e a enunciva. Aquela ocorre quando o sujeito instala no discurso a pessoa (eu), o tempo (agora) e o espaço (aqui) da enunciação; esta, quando o sujeito instala a pessoa (ele), o tempo (então) e o espaço (alhores) do enunciado.

No componente semântico do nível discursivo, encontram-se os procedimentos de tematização e de figurativização das estruturas narrativas. Para Barros (1990, p. 68), “tematizar um discurso é formular os valores de modo abstrato e organizá-los em percursos. Em outras palavras, os percursos são constituídos pela recorrência de traços semânticos ou semas, concebidos abstratamente”. Já o procedimento de figurativização é aquele em que “figuras do conteúdo recobrem percursos temáticos abstratos e atribuem-lhes traços de revestimento sensorial” (1990, p. 72). Comparando as duas concepções, nota-se que os discursos não são completamente temáticos ou figurativos, mas que existem graus diversos de tematização e figurativização empregados em sua construção.

Entre os conceitos semióticos que dizem respeito à identificação da temática de um discurso, destaca-se o de isotopia, isto é, “a reiteração dos temas e a recorrência das figuras no discurso” (BARROS, 1990, p. 74). A isotopia é importante porque permite a manutenção da linha sintagmática do discurso, bem como de sua coerência semântica. Existem duas formas de isotopia: a temática e a figurativa. A primeira constitui-se pela repetição de elementos semânticos abstratos em um mesmo percurso temático; a segunda, pela redundância de traços figurativos na associação de figuras próximas.

No outro nível do percurso gerativo do sentido, o narrativo, encontram-se, em sua sintaxe, sujeitos que estão em conjunção ou em disjunção dos objetos que pretendem alcançar, pois neles investiram determinados valores que lhes são significativos (note-se que tais objetos, denominados objetos-valor, não são necessariamente “coisas”, mas tudo em que o sujeito investe certo valor, como, por exemplo, conforto, amor, felicidade, riqueza, etc.). A conjunção ou disjunção entre o sujeito e o objeto caracteriza um estado inicial ao qual sucederá uma transformação, que dará origem a uma busca, por parte do sujeito, de um estado final estável, o que configura uma narrativa mínima. A relação de junção (conjunção ou disjunção) entre o sujeito e objeto-valor

determina um enunciado de estado, enquanto a passagem de um estado a outro, por meio de uma transformação ou de uma função fazer, determina justamente um enunciado de fazer.

O desenvolvimento narrativo pressupõe ainda um relacionamento entre os sujeitos da narrativa, no qual um deles, o destinador — visto neste ponto como um actante narrativo — pretende, por meio de um fazer persuasivo, convencer o outro, o destinatário, a aceitar determinado contrato. Este outro sujeito, por sua vez, realiza um fazer interpretativo pelo qual julga a validade da proposta e se deve aceitá-la ou não. Se o fazer persuasivo caracteriza-se, primeiro, como um fazer-criar e, depois, como um fazer-saber, o fazer interpretativo caracteriza-se como um ato que leva ao crer. Ambos os fazeres encontram-se colocados na dimensão cognitiva do discurso.

Na verdade, o destinador tenta manipular o destinatário para que este realize ou não determinado ato. A manipulação é a primeira fase de um esquema narrativo canônico, depois dela existem ainda a competência, a performance e a sanção. A competência é o momento em que o destinador confere ao destinatário-sujeito o *poder-fazer* e/ou *saber-fazer* que o tornam apto para a ação, para o *fazer-ser* que identifica a terceira fase do esquema, a performance, isto é, o momento em que se realiza o ato. A competência trabalha com as modalidades atualizantes, *poder e saber*, que permitem ao sujeito o agir; a performance, por sua vez, utiliza-se das modalidades realizantes, *fazer e ser*, que correspondem à realização do sujeito, uma vez que sujeito realizado é exclusivamente o sujeito que faz. Finalmente, a quarta e última fase do esquema narrativo é a sanção, momento em que a ação realizada pelo destinatário é julgada pelo destinador, o qual lhe confere uma retribuição, negativa ou positiva, conforme o resultado de sua ação.

De outro lado, a semântica narrativa diz respeito ao momento em que os elementos semânticos são selecionados e relacionados com os sujeitos, efetivando-se como valores que são inscritos nos objetos desejados por esses mesmos sujeitos. Têm-se aí a modalização do fazer, que instaura o sujeito e o torna qualificado para a ação (é o *fazer-fazer*), além de organizar a sua competência modal (é o *ser-fazer*), e a modalização do ser, que determina a relação do sujeito com o objeto, por meio das modalidades veridictórias articuladas pela ótica do *ser vs parecer*, sendo também responsável pelos valores que incidem diretamente sobre o objeto. Barros assinala oportunamente:

Na perspectiva da semiótica, as modalidades resultam da conversão da categoria tímico-fórica fundamental (...) e alteram, na instância narrativa, as relações do sujeito com os valores. A modalização, por sua vez, deve ser entendida como a determinação sintática de enunciados: um enunciado, que será denominado modal, modifica um enunciado dito descritivo. (BARROS, 1988, p. 50)

As modalidades veridictórias operam com o plano da imanência, o do *ser*, e o da manifestação, o do *parecer*, para alcançar um efeito de sentido de verdade (o que é e parece), de mentira (o que parece mas não é), de falsidade (o que não é nem parece) ou de segredo (o que não parece mas é). Em ambas as modalizações, a do fazer e a do ser, a semiótica utiliza-se de quatro modalidades: o dever, o querer, o saber e o poder.

Por fim, encontra-se, no patamar menos superficial do percurso gerativo do sentido, o nível fundamental. Nele, a sintaxe comporta uma organização mínima, uma estrutura elementar que se estabelece a partir de dois termos-objeto; estes, por meio das operações de asserção e de negação, encontram seus termos contraditórios e contrários, possibilitando a construção do quadrado semiótico, modelo básico da semiótica discursiva que mostra a articulação geral das

oposições semânticas do discurso. Já a semântica fundamental trata dos valores semânticos investidos sobre a instância das categorias fundamentais, a partir da categoria tímica que os articula /euforia/ vs /disforia/, sendo que a relação eufórica ocorre quando os seres estão em conformidade com o meio em que se encontram e a disfórica, quando estão em situação de desconformidade com esse meio.

Feita uma breve exposição dos conceitos da semiótica, passemos à abordagem no texto de que nos ocupamos neste artigo.

O texto, de curta extensão, constitui-se em uma parábola, gênero discursivo muito utilizado por Jesus Cristo para proclamar seus ensinamentos, conforme registrado no Evangelho de Mateus, 13.34: “Tudo isso disse Jesus por parábolas à multidão e nada lhes falava sem parábolas” (BÍBLIA, 2020, p. 613). Por seu próprio caráter parabólico, o texto não objetiva passar a ideia de uma narrativa “real”, mas de contar uma história com um objetivo específico. A parábola, como gênero literário, é eminentemente figurativa, sendo que o tema proposto pelo enunciador é recoberto de figuras que fazem parte do mundo dos enunciatários originais. Geralmente são textos curtos e os temas são, em alguns textos, já expostos claramente. O enunciador, ao recorrer ao gênero parabólico, se utiliza de elementos conhecidos do mundo dos enunciatários a fim de fazer a sua mensagem compreendida. O que chama a atenção nas parábolas bíblicas é a capacidade inerente ao texto de conseguir uma compreensão universal ao usar figuras canônicas de actantes, como o “filho perdido”, “a dona de casa”, “o semeador” etc.

O significado etimológico de “parábola”, que pode ser entendido como “lançado ao lado”, já transmite o conceito de figuratividade. No grego koinê, a preposição *pará*, no acusativo, tem o sentido de “no lado de” (MOUNCE, 1992, p. 350 – tradução livre), e o verbo *ballw* é traduzido como “eu jogo” (MOUNCE, 1992, p. 111 – tradução livre). O verbo *parabállw* traz o seguinte significado: “to cast or throw by the side of; met. to compare” (MOUNCE, 1992, p. 350). Ainda segundo Mounce (1992, p. 351), o substantivo *parabolé* comporta as seguintes acepções: “a placing one thing by the side of another, a comparing, a parallel case cited in illustration...”. Não há, no texto, algum indicativo de que a história narrada seja real, pelo contrário, o lexema “semelhante” aponta para a ficcionalidade do texto, entendendo-se o caráter ficcional a partir de uma organização interna que comporta sua autorreferencialidade, de modo que a articulação entre elementos figurativos e temáticos leva o enunciatário a encontrar, nesse discurso, de modo mais profundo, correlações entre o que diz o texto e a semiótica do mundo natural.

Nessa perspectiva, cabe ressaltar que a semiótica discursiva se firma na autonomia da língua em relação ao seu referente. A relação entre o discurso e o mundo da percepção:

“não é entendida como simples designação (as palavras designam as coisas), mas antes como correlação entre duas semióticas. O mundo natural, do ‘senso comum’, na medida em que é logo de saída instruído pela percepção, constitui em si mesmo um universo significante, ou seja, uma semiótica”. (BERTRAND, 2003, p. 159).

A parábola, por seu caráter próprio de narrativa ficcional, reflete bem a característica de autonomia semiótica em relação ao mundo referencial, jogando com o modo como tais sentidos se atualizam no texto e se realizam para a compreensão de seu enunciatário/ouvinte.

Percebem-se, no texto, as marcas da debreagem empregadas pelo enunciador. O texto, enuncivo, é apresentado em duas partes. A primeira, de caráter dissertativo em que uma “tese” é assertada. A segunda tem um caráter narrativo sendo um texto objetivo e contado na 3ª pessoa do singular. A figurativização de espaço constrói-se a partir do lexema “campo”, único elemento que remete a espaço no texto, e que reflete a sociedade de base econômica agrária da época. O lexema “campo”, com duas ocorrências no versículo, é a tradução da palavra grega “agrós”. É uma operação de ancoragem que conecta o receptor à mensagem, pois traz ao texto uma referência conhecida pelo enunciatário.

O “tempo” é demonstrado nos tempos verbais utilizados pelo enunciador que determinam a história contada na narrativa. No texto grego, os verbos utilizados são como seguem. A análise gramatical segue a de Mounce (The Analytical Lexicon to The Greek New Testament).

Tabela 01

PORTUGUÊS (AEC)	GREGO
É	estín (3ª pessoa do sing., presente, indicativo, ativo)
Escondido	kekruménon (perfeito, passivo, particípio, nominativo, singular, neutro)
Achando	eurw̄n (aoristo, ativo, particípio, nominativo, singular, masculino)
Escondeu	ékrupsen (3ª pessoa do sing., aoristo, indicativo, ativo)
Foi	upáyei (3ª pessoa do sing., presente, indicativo, ativo)
vendeu	pwleî (3ª pessoa do sing. presente, indicativo, ativo)
Tinha	éxei (3ª pessoa do sing. presente, indicativo, ativo)
Comprou	agorázei (3ª pessoa do sing. presente, indicativo, ativo)

Destaca-se, na observação dos verbos em grego, a mudança do tempo aoristo no verbo “escondeu” (ékrupsen) para o tempo presente nos outros quatro verbos subsequentes. Esses cinco verbos descrevem a ação realizada pelo homem na aquisição do seu objetivo e foram traduzidos todos no pretérito perfeito em português. O uso desse tempo na tradução demonstra a linearidade da ação realizada pelo sujeito. A questão a ser problematizada é que, no grego koinê, os tempos verbais não indicam o “tempo” da ação, mas a sua qualidade:

Somente no indicativo é que os tempos indicam tempo. A principal idéia dos tempos gregos é “qualidade de ação”, o estado da ação do verbo. Mesmo no indicativo, a ideia de tempo é secundária, e o estado da ação é a idéia fundamental. (sic) (TAYLOR, 1980, p. 13).

O tempo aoristo indica a qualidade de ação (pontilear) e é “isenta da ideia de tempo” (TAYLOR, 1980, p. 65). No indicativo, porém, dá a ideia de ação pontilear realizada no passado. “O tempo presente expressa ação linear ou durativa” (TAYLOR, 1980, p. 64). Dessa forma, a mudança dos tempos verbais nos verbos que indicam a ação do homem está relacionada não tanto ao tempo da ação em si mas à sua qualidade, ou seja, apontam para seu caráter pontilear ou durativo.

O efeito de pessoa, por sua vez, é determinado pelos atores do discurso. Na primeira parte do texto, encontramos o “Reino dos Céus” como unidade a ser focalizada pelo sujeito, e

que será recoberto pela figura do tesouro na segunda parte do texto. É o objeto que, no nível narrativo, será o desejo a ser alcançado em sentido de conjunção. O outro ator é identificado apenas como “um homem”, lexema este que é a tradução da palavra grega “ánthwpos”, cuja acepção é a de “ser humano”, e não de homem como gênero masculino. A escolha do enunciador por “ánthwpos” e não por “andrós”, que significa homem como masculino, ou por “guné” — mulher — demonstra a universalização do enunciatário. O Reino dos Céus é para todos, homens e mulheres. Esse homem, o ator do discurso, é apresentado no texto sem um nome, o que é uma característica das parábolas bíblicas.

O tema da parábola é explícito no texto: o Reino dos Céus, e esse Reino é figurativizado como um tesouro escondido. Tal figura demonstra o objetivo do enunciador de levar o enunciatário a desejar o Reino dos Céus a ponto de renunciar aos tesouros desse mundo em prol do divino. O Reino dos Céus é desejável, precioso, há valor no Reino, mas ele está escondido aos olhos do homem. Ele precisa ser encontrado e uma decisão precisa ser tomada de perder algo para ganhar o Reino. A própria expressão “Reino dos Céus” é, em si, uma figura que aponta para algo superior aos reinos e tesouros terrenos, é um reino que expressa a glória de Deus em contraste com a glória terrena e que traz implícito os sememas de perfeição espiritual.

No nível discursivo, percebe-se, então, a modalização realizada pelo enunciador, o querer-fazer do Reino dos Céus. Sua tematização também fica percebida pois, para alcançá-lo, é, primeiramente, necessário entendê-lo como um bem superior a qualquer coisa deste mundo.

3. Da organização das estruturas narrativas às fundamentais na parábola

O texto da parábola nos apresenta um programa narrativo com três actantes. O primeiro é o actante-sujeito chamado genericamente de “um homem”. Nada nos é dito sobre esse homem antes de ele ter descoberto o tesouro escondido; assim, o programa narrativo se inicia com a descoberta desse tesouro em um campo. A descoberta é um acontecimento que muda sua perspectiva e a trajetória de sua vida. O verbo utilizado no texto grego é “eurw̄n”, um particípio no tempo aoristo do verbo “eurískw”, cujo significado é descobrir, encontrar¹ (MOUNCE, 1993, p. 226). A partir do acontecimento, surge a modalidade do sobrevir, conforme descreve Claude Zilberberg:

A fim de dispor de uma metalinguagem operatória e adequada, admitamos que o modo de eficiência designe a maneira pela qual uma grandeza se instala num campo de presença. Se esse processo for efetuado a pedido, segundo o desejo do sujeito, nesse caso teremos a modalidade do conseguir. Se a grandeza se instala sem nenhuma espera, denegando ex abrupto as antecipações da razão, os cálculos minuciosos do sujeito, teremos a modalidade do sobrevir. (ZILBERBERG, 2007, p. 17-18).

Assim, a descoberta do tesouro é um sobrevir em relação ao homem, que desencadeia uma narrativa, sendo que esta, segundo o modo de eficiência descrito por Zilberberg, desenvolve-se, a partir de então, em torno dos elementos que constituirão o conseguir, delineando-se um percurso organizado pelo sujeito da narrativa em vista de entrar em conjunção com o objeto tão desejado.

1. to find, to meet with... to find out, to detect, to discover...

O tesouro, o segundo actante do texto, actante-objeto, é desejado pelo homem, actante-sujeito. O homem, porém, encontra-se em um estado de disjunção com o tesouro, pois o campo onde ele está enterrado não lhe pertence. O homem, portanto, é o sujeito da narrativa e o tesouro o objeto da relação transitiva. O programa narrativo é, pois, um programa do sujeito, como explica Barros (2005, p. 30). Um “percurso do sujeito representa, sintaticamente, a aquisição, pelo sujeito, da competência necessária à ação e à execução, por ele, dessa performance”.

O terceiro actante é o destinador, aquele que manipula o actante-sujeito a tomar a decisão por meio da sedução do tesouro. No texto, ele se delinea no “horizonte do sentido” (Bertrand, 2003, p. 44) na figura do enunciador.

O programa narrativo descrito no enunciado se desenvolve no sentido de o homem agir a fim de que o objeto desejado passe a estar sob sua posse, ou seja, a narrativa transcorre de um estado disjuntivo para um estado conjuntivo, conforme explica Barros:

A comunicação hierárquica de enunciado de fazer e enunciado de estado define o programa narrativo, a unidade operatória elementar da organização narrativa de um texto. A primeira concepção de narrativa é, como se viu, a de sucessão de estados e de transformações (BARROS, 2005, p. 23).

É importante notar que todos os verbos ligados ao homem, actante sujeito da narrativa, são de ação. Ele “acha”, “esconde”, “foi”, “vende o que tinha” e “compra”. Esse percurso de verbos de ação demonstra suas ações a fim de consumir seu desejo de obtenção do objeto do qual está em disjunção. Nota-se, também, que há quatro verbos de ação cuja organização em pares apresenta uma oposição entre si. O homem “acha” e “esconde”; “vende” e “compra”, sendo que essas oposições apontam para o enunciado de fazer do actante.

Sendo o actante sujeito da narrativa, o homem age para obter a conjunção. Temos, portanto, um programa de apropriação, pois o homem age para si e por si mesmo para alcançar seu intento. Para cumprir seu programa narrativo e obter a conjunção, o agir é acompanhado da modalização. Encontramos, no enunciado, as modalizações de querer, saber e poder.

O homem, primeiro, encontra o tesouro escondido e tem o desejo de adquiri-lo, entendendo que é um tesouro maior e melhor do que o que ele já possui. Ele adquire conhecimento a respeito do tesouro que estava escondido. O fato de estar escondido demonstra que não era de conhecimento geral. Ele encontra por si próprio e para si próprio. Uma vez manipulado pelo querer entrar em conjunção com o tesouro encontrado, o sujeito adquire o saber a respeito do objeto, passa a querê-lo de modo intenso (vender tudo que tinha) e a buscar o poder (meios para comprar o terreno) para efetivar a conjunção com ele.

Há, então, o querer-fazer, em que o homem deseja seu objeto. Nesse sentido, chama à atenção a expressão contida no enunciado de que o homem, “em sua alegria”, vai e vende tudo o que tinha para adquirir o campo. Essa expressão, no texto grego do Novo Testamento, é *apótnsxapâsautoû*, que pode ser traduzido como “a partir da sua alegria”. A preposição *apó* tem o sentido básico de “a partir de, longe de, adiante”², conforme Mounce (1993, p. 87).

2. Forth, from, Away from...

A intencionalidade enunciativa aponta para o fato de o homem não estar apenas alegre, mas sua alegria ser que o impulsiona a tomar as atitudes refletidas nos verbos. Temos, aqui, a paixão do actante na narrativa, sua modalização para a ação. Movido pelo seu desejo, representado pela alegria, ele vai, vende e compra. A tradução Almeida Revista e Atualizada traz uma expressão um pouco diferente nesse ponto. Em vez de “em sua alegria”, ela traz “transbordante de alegria”. Essa última opção, entretanto, não parece ser a melhor para o texto, pois focaliza o sentimento do actante, em vez de focalizar a alegria como aquilo que impulsiona o homem. Uma tradução possível, e mais dentro da intenção do texto, talvez fosse “da sua alegria” ou “a partir da sua alegria”, como já mencionado anteriormente.

Temos, por fim, a modalização pelo poder-fazer. Para ter seu tesouro, ele precisa comprar o campo e, para ter dinheiro necessário para a aquisição do campo, ele precisa vender tudo o que tinha. É nesse processo de venda de todos os seus bens que o actante concede as condições necessárias a si mesmo para concluir o programa narrativo.

Por fim, por ser uma parábola, a narrativa não pretende apresentar-se como uma história “real” ou verdadeira, mas traz dentro de si seu contrato veridictório, pois o que ela pretende relatar é verdade dentro do seu próprio propósito, na medida em que o enunciatário compartilha do mesmo sistema de valores demonstrado na crença na realidade do Reino dos Céus. O enunciatário, portanto, aceita e assume as bases do contrato de veridicção. O ser e o parecer correspondente formulam a verdade do texto.

Como visto, o enunciado traz duas oposições em sua narrativa, demonstradas pelas dicotomias achar/esconder e vender/comprar. Essas oposições, entretanto, estão em nível discursivo e ainda não demonstram a estrutura fundamental do texto, embora já possam apontar para ela. Percebe-se, pela análise textual, que a oposição ganho/perda representa melhor a ideia que o enunciatário pretende passar, sendo que conceito está presente em outros trechos do Novo Testamento, corroborando essa ideia como na passagem de Mateus 16.44: “Pois aquele que quiser salvar a sua vida a perderá, mas quem quiser perder a sua vida por amor de mim a achará” (BÍBLIA, 2020, p. 616).

Assim, a dicotomia ganho/perda revela o sentido da parábola. Para ganhar o tesouro mais valioso, que é o Reino dos Céus, é necessário perder o tesouro deste mundo. Essa “troca” de tesouros é parte da mensagem do Evangelho e aponta para a necessidade de uma decisão por parte do ouvinte da mensagem. Essa decisão acontece em um momento específico na vida do ser humano (acontecimento!) e é caracterizada por uma conversão espiritual, em que o homem “abandona” o mundo e se volta para Deus. Ela envolve uma mudança não somente de atitudes mas de cosmovisão, figurativizada no texto bíblico pela venda de todos os seus bens para a compra do terreno onde o tesouro estava escondido.

A parábola é claramente eufórica pois aponta a conjunção do objeto desejado. O homem (ánthwpos), motivado pela alegria, adquire seu tesouro. Dessa forma, percebem-se os elementos fundamentais do corpus apresentado e como eles determinam a narrativa e, por fim, o discurso do enunciatário.

4. Algumas palavras finais

A escolha de palavras realizada pelo enunciador revela o sentido pretendido, demonstrando o caráter do texto. O Reino dos Céus é um tesouro, mas está escondido e não pode ser percebido (intencionalmente?) pelo mundo. Há o seu descobrimento e a sua aquisição. É nesse sentido de compreender o sentido do texto bíblico que a semiótica discursiva pode colaborar com a exegese do texto sagrado, fornecendo uma metalinguagem mais adequada para a composição da interpretação.

A partir das conclusões apreendidas por meio da semiótica, o exegeta pode aplicar as lições do texto a seus interlocutores em circunstâncias variadas. Além disso, as conclusões extraídas colaboram não somente na interpretação e exposição do texto, mas também no processo de tradução, em que os sentidos visados pelo enunciador podem ser expressos de uma forma mais próxima dentro da língua para a qual o texto bíblico será traduzido.

Dessa forma, a semiótica discursiva pode ser um aliado no esforço de compreensão e tradução dos textos sagrados, possibilitando que os sentidos pretendidos na formulação em sua língua de origem alcancem de modo mais aproximado, também o leitor de suas versões em outras línguas.

5. Referências Bibliográficas

BÍBLIA Sagrada. Traduzida em português por João Ferreira de Almeida, Edição Contemporânea. 1ª ed. São Paulo – SP: Editora Vida, 2020, 806 p.

BARROS, Diana Luz Pessoa de. **Teoria do discurso: fundamentos semióticos**. São Paulo: Atual, 1988

BARROS, Diana Luz Pessoa de. **Teoria semiótica do texto**. São Paulo: Ática, 1990.

BERTRAND, Denis. **Caminhos da Semiótica Literária**. Bauru, SP: Edusc, 2003, 444p.

GREIMAS, Algirdas Julien.; COURTÉS, Joseph. **Dicionário de semiótica**. São Paulo: Cultrix, s/d.

MOUNCE, William. **The Analytical Lexicon to The Greek New Testament**. Grand Rapids: Zondervan Publishing House, 1993, 542 p.

TAYLOR, William Carey. **Introdução ao Estudo do Novo Testamento Grego**. Rio de Janeiro: Juerp, 1980, 442 p.

6. Outras Fontes

RAMOS, Karin Adriane Henschel Pobbe. **Análise semiótica da narrativa bíblica A prova de Abraão**. 2004. 193 f. Tese (doutorado) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Letras de Assis, 2004. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/11449/102479>>. Consulta em 10/11/2021.